

O caminho do sacrifício

O discurso que o presidente José Sarney proferiu na reunião ministerial de quinta-feira poderia ter sido feito por um líder da oposição liberal, se ela existisse. Basta ver a ênfase dada por s. exa. à denúncia dos males causados ao País pelo braço empresarial do Estado, responsável pelo déficit público, e da ineficiência de numerosas empresas estatais. Há frases de s. exa. que qualquer liberal subscreveria sem hesitar: "Sabemos que esse déficit originou-se no espetacular crescimento do Estado (...). Vem de longe, corrói a economia e é uma praga no mundo subdesenvolvido. (...) Temos mais de 300 empresas estatais... Outras deficitárias. Dezenas realmente eficientes. Muitas com vocação nítida privada"! Que dizer mais? Daqui para frente, a campanha em prol da privatização da economia poderá ser feita usando as palavras do chefe de Estado, que reconhece igualmente as culpas do setor privado na artilharia da economia nacional: os "fariseus, que se locupletam nos cartórios, nos acordos de preços, nos monopólios disfarçados e interesses ideológicos inconfessados e mascarados". A luta contra o nacional-oligarquismo igualmente poderá ser travada tendo como ponto de apoio a fala do sr. José Sarney, que deveria, no entanto, passar das palavras à ação com a assinatura de atos, promovendo a desregulamentação da economia, a retirada dos controles que o Estado exerce sobre ela, os quais propiciam, como denunciou com propriedade o senador Roberto Campos, a corrupção do funcionário e do empresário.

Reconheçamos que a culpa não cabe por inteiro ao Executivo, nem muito menos ao sr. José Sarney, que, entretanto, tendo essa visão retoricamente correta do processo econômico no Brasil, poderia ter sido mais

expedito, desde 1985, em sua luta pela privatização. Parte da culpa pelo atual estado de coisas cabe sem dúvida ao Legislativo, e indiscutivelmente também à Assembléia Nacional Constituinte, que aumentou os "cartórios" e o perímetro abrangido pelo amplexo do Estado na economia.

A fala presidencial não é importante apenas por essas palavras, mas o é também por dois outros aspectos: um, o reconhecimento de que, embora a Constituição não seja das melhores, deve ser cumprida; outro, a denúncia da inflação, e o reconhecimento de que a redução do déficit público é fundamental para jugular essa "companhia desagradável e perniciosa de nosso cotidiano (...) entranhada em nossa cultura (...) mais velha do que quase todos os brasileiros". É de esperar que a partir desse reconhecimento s. exa. saiba arbitrar com autoridade as divergências existentes em seu Ministério, onde há os que não desejam fazer sacrifícios que os tornarão impopulares (eleitoralmente, diga-se de passagem), e descobrem mil e uma razões de segurança nacional ou falsamente econômicas para não praticar cortes em suas pastas. Sem o exercício da autoridade, o presidente não conseguirá recuperar sua imagem pública; pelo contrário, permitirá que todos continuem pensando que o culpado único pela inflação é o Executivo.

A referência à Constituição é da maior importância. Na verdade, para quem já leu o livro da história do Brasil — todos os seus capítulos e não apenas alguns deles —, se a futura Constituição é ruim, muito pior será sem ela. Sem ela, sim, pois nesta altura dos acontecimentos só poderá ser "apagada" por uma ruptura institucional que ninguém sabe onde conduzirá o País. É preciso, pois, vê-la

em prática, respeitando-a. Nesse sentido, a fala do sr. José Sarney é de profundo cunho pedagógico, ainda que a inspiração seja de ordem material: a futura Constituição, pela nova distribuição de rendas tributárias, retirará poderes sem conta da burocracia da União e fará que os governadores de Estado e prefeitos municipais tenham acrescida sua responsabilidade em prestar serviços às populações. Na realidade, se os 17% de renda que se retirarão da União forem transferidos para os governadores e prefeitos e destinados ao pagamento de funcionários, de nada terá adiantado fazer a reforma tributária.

Esse aspecto convém ser ressaltado desde já, para evitar que os chefes dos executivos estaduais e municipais se precipitem (em anos eleitorais como serão 1989 e 1990) a nomear apaniguados. Por outro lado, é indispensável que se acentue que a União perdeu receita a fim de que todos tomem consciência de que alguma coisa deverá ser feita com os funcionários federais lotados nas repartições que prestam hoje serviços que, com a redistribuição de rendas, passarão a ser encargo dos Estados e municípios. A transferência desses serviços é problema político da maior relevância, que deverá ser enfrentado com espírito alto.

Muito embora não confiemos na elevação do espírito de muitos governadores e prefeitos — que prefeririam receber as verbas, mas não os encargos — não há outro caminho a não ser a "operação desmonte" estudada pela Seplan para viabilizar o combate à inflação no plano federal. Ou se faz essa transferência e se reduz, concomitantemente, o tamanho do braço empresarial do Estado (o que exigirá muito maior empenho pessoal e político do presidente) ou se terá, como teme o sr. José Sarney, a hiperinflação.